



**Temos fome de que?**

---

Maicon Leopoldino de Andrade<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, formado pela UFPB no ano de 2000, com Especialização em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental no ano de 2005, pela UNEB. Coordena um projeto em 6(seis) municípios do Território Semi-Árido NEII do Estado da Bahia. Militante Social e Assessor de Movimentos Sociais urbanos e rurais. maiconcaatinga@yahoo.com.br

## RESUMO

O direito de se alimentar é algo inalienável ao ser humano, no entanto, milhões de pessoas neste momento não têm o que comer. Uma vergonha para um mundo que tem capacidade de produzir alimentos para o dobro da população mundial. A busca insaciável do homem pelo consumo exacerbado e por um padrão de vida no qual a natureza não suporta mais, tem causado já um colapso em muitas regiões do planeta, ocasionando assim os primeiros refugiados ambientais do século XXI.

As cercas, as desigualdades sociais, a concentração da renda, são marcas ainda presentes no cenário brasileiro, embora se perceba que muitas conquistas foram alcançadas, ressaltando, que muitos homens e mulheres doaram suas vidas para que de alguma forma, um tema como a Segurança Alimentar, que há algum tempo, se limitava a ação meramente assistencial e periférica dentro do Estado, ganha hoje status legal e está de fato consolidado como estratégia de desenvolvimento de nação, mesmo sabendo que está em jogo uma disputa em curso de modelos de projetos de nação, onde de um lado temos a Agricultura camponesa e do outro lado o agronegócio e o hidronegócio liderado pelo capital especulativo financeiro.

**Palavras-chave:** Direito, Alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional, Conferência, Josué de Castro.

## ABSTRACT

*The right to food, is something inalienable to humans, however, millions of people currently*

*do not have to eat. Shame on a world that is capable of producing food for twice the world population. The man's insatiable quest for consumption and exacerbated by a pattern of life in which nature does not support more, has already caused a collapse in many regions of the planet, thereby causing the first environmental refugees of the XXI (twenty-first) century.*

*The fences, social inequalities, the concentration of income, brands are still present in the Brazilian scenario, although note that many achievements have been achieved, worth emphasizing that many men and women gave their lives so that in some way, a theme such as Food Security, which for some time, action was limited to merely care and peripheral within the State, today gained legal status and is in fact consolidated as a strategy of developing nation, although in a dispute ongoing game of models of development, one side by peasant agriculture and agribusiness and the addition hidronegocio led by speculative financial capital.*

**Keywords:** *Right, Food, Food Security and Nutrition, Conference, Josué de Castro.*

A vida humana é o bem que, acima de todos os demais, deve ser garantido e protegido em todas as partes do planeta. Nada é mais caro que a manutenção deste bem. No entanto, não é apenas a sobrevivência que deve ser protegida, mas a vida digna na qual se configuram as condições saudáveis de existência do ser humano. Entre as características que definem um padrão de vida adequado está aquela que estabelece como sendo primordial o acesso à alimentação. É sabido, no entanto, que a alimentação adequada não deve ser entendida como sendo uma simples provisão de calorias definidas como necessárias à sobrevivência, mas acima de tudo que subjetividades carregam consigo.

Quando analisamos o conceito de alimento, devemos antes de tudo, agregar a ele uma série de elementos, como fatores biológicos, sociológicos ou econômicos.

No que diz respeito ao fator biológico, o alimento traz consigo uma carga conceitual que lhe atribui a tarefa de proporcionar aos seres vivos a satisfação nutricional que por sua vez desencadeará a energia necessária para as transformações

bioquímicas de composição do corpo físico. Da mesma forma, apenas pelo seu conceito básico, o alimento traz consigo uma carga sociológica que modifica e até determina a história do homem e sua forma de pensar, bastando lembrar do impacto dos produtos orientais na Europa do Século XV, das transações comerciais de importação e exportação e até chegarmos no século XXI, com o fomento de agrocombustíveis. Prover o alimento para um coletivo social é uma retórica presente por toda a trajetória da humanidade. Há comprovações científicas, que desde os primórdios, havia uma preocupação velada pela satisfação alimentar das pessoas e seus animais. A garantia do alimento fez com que os homens permanecessem em determinados locais, com condições favoráveis de clima, terra fértil e água em abundância, proporcionando a formação das primeiras aldeias e tribos permanentes(Silva, 2003).

A ocupação das margens do rio Nilo e a implementação de uma avançada agricultura na época, transformaram a civilização egípcia numa grande potência da antiguidade. Da mesma forma os romanos, regidos pelo lema “*pane et circenses*”, tinham também a mesma preocupação – assegurar o abastecimento alimentar de toda a população, sendo que, quando esta não lhe é garantida, iniciam-se as revoltas e crises sociais profundas, como podemos analisar os vários levantes e conflitos existentes durante o período Romano e o período feudal. A própria Revolução Francesa carregou em sua conjuntura uma grave crise de abastecimento em Paris, gerando uma insatisfação social que promoveu um ambiente revolucionário, que levou os governos subseqüentes a terem uma preocupação bem maior com o abastecimento da população. Em outros momentos da história a questão alimentar continuou sendo motivo de paz social ou de conflitos. Na Rússia dos czares, as profundas diferenças entre as demandas e ofertas de alimento criaram condições satisfatórias para a derrocada do exército russo e a instalação do governo revolucionário, sendo que este de imediato não conseguiu equilibrar as diferenças existentes, tendo o campesinato do país de fazer grandes sacrifícios para garantir o abastecimento do proletariado urbano. Já no século XX, o mercado mundial de exportação e importação de alimentos passa por grandes mudanças, no pós-guerra a comida passa não ser mais o resultado da produção agrícola e comprada pelos consumidores, mas um produto lucrativo para a empresa capitalista, que produz, processa e vende transnacionalmente. Os produtos agrícolas agora fazem parte de

um sistema complexo de processamento, como matéria-prima de uma crescente indústria alimentar, onde esta integração transnacional chega ao Brasil e América Latina pós 1973.

Ao se falar num tema tão instigante da humanidade, que é o ato de se alimentar ou ter fome, é que durante muito tempo, esta discussão não vinha à tona, por ser algo tão inerente e ao mesmo tempo vergonhoso, onde por um lado alcançaram-se tantos avanços tecnológicos e por outro carrega a barbárie da fome, que nos tempos atuais cerca de 1,5 bilhões de pessoas no mundo passam por necessidades básicas alimentares. É nesta obscuridade histórica, que a cerca de 60 anos, um médico pernambucano, natural de Recife, desnudava um tema que, naquela época, parecia incabível para uma sociedade que não conseguia perceber a mazela que o afligia. Josué de Castro foi mais do que um médico, ele conseguiu imprimir nas suas escritas um espírito revolucionário capaz de trazer com o tema da fome, um estatuto político e científico, toda uma reflexão moral e conjuntural de acesso a terra e de direitos individuais e coletivos, contrapondo a todo pensamento conservador e reacionário da época, subsidiando até os dias atuais, toda uma proposição de ações no direcionamento de garantir uma alimentação adequada e de desencadear um movimento internacional em prol de uma soberania alimentar, capaz de fortalecer o debate em torno do modelo de desenvolvimento para uma nação (Cáritas, 2005).

Com a publicação do livro *A Geografia da Fome* em 1946, a fome entra na agenda política do Brasil, porém apesar da grande contribuição da obra sobre o assunto, pouco foi discutido, ficando legado ao discurso das fatalidades climáticas ou mesmo do aumento da produção agrícola como forma de solucionar o problema, sendo nesta última afirmativa uma inverdade, como afirma o Relator Especial sobre o Direito Humano à Alimentação da ONU, Jean Ziegler, ‘onde o mundo pode produzir alimentos suficientes para alimentar o dobro de toda a população mundial’.

Só a partir de 1966 na Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil é signatário, que a alimentação é reconhecida legalmente como direito humana, onde nesta convenção é expresso que a obrigação final de garantir que os Direitos Humanos sejam realizados é do Estado, que tem

instrumentos para efetivá-los por meio de seus poderes Executivos, Legislativos e Judiciários. Respeitar esse direito significa que os Estados não podem obstruir ou impedir a população a ter uma alimentação adequada, como por exemplo, no caso da não implementação de uma verdadeira Reforma Agrária e como também da permissão do uso de agrotóxicos na produção de alimentos.

Em 1974, as Nações Unidas promove a Conferência Mundial de Alimentos, que tinha como enfoque central à reflexão sobre a oferta de alimentos e ao mesmo tempo a importância da auto-suficiência nacional a despeito do abastecimento de alimentos, onde a partir deste período o termo Segurança Alimentar começa a ser proliferado e debatido em todo o mundo. É neste curso histórico de ações do Estado Brasileiro desde a década de 50 e de diversas experiências da sociedade civil a partir da década de 80 que o tema ganha força, tanto do ponto de vista organizacional como do ponto de vista jurídico que alguns ensaios conceituais em torno da questão foram evoluídos, onde parte de uma noção ligada à capacidade de produção e oferta de alimentos e passa a incorporar componentes nutricionais e de direito ao acesso, no plano domiciliar e individual, levando em consideração a dimensão subjetiva da percepção e dos diferentes contextos das pessoas.

É no final da década de 80 e começo dos anos 90, que especificamente no Brasil, há uma efervescência social no processo de redemocratização, e mais uma vez a questão da Segurança Alimentar é colocada na agenda do dia, onde esta conjuntura levou o Congresso Nacional a tentar assegurar os direitos básicos da Constituição de 1988, porém o Governo Collor não avançou na implementação de políticas públicas de SAN, o que resultou numa movimentação muito peculiar, instituindo-se um movimento organizado, com destaque para o sociólogo Betinho, o Movimento Ação e Cidadania, culminando assim na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em 1994. É um marco na construção de uma proposta de Segurança Alimentar para o país, onde neste espaço democrático de discussão se publiciza que a concentração de renda e da terra são as principais causas da fome e insegurança alimentar. Neste mesmo momento é instituído o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA, 2004) e definido três importantes diretrizes para a elaboração de políticas públicas: ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar;

assegurar a saúde, nutrição e alimentação a grupos tradicionais populacionais determinados; e assegurar a qualidade biológica (Miryam,2006). Neste evento se produziu o seguinte conceito:

Garantir a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Neste período, os movimentos sociais, ong's discutem, propõe e lutam contra a fome e a insegurança alimentar e buscam outros espaços de debate para prosseguir na construção de ações articuladas. Neste contexto, o país participa da Cúpula Mundial de Alimentos (1996), onde sistematiza e define um conceito abrangente de segurança alimentar, os aspectos de acesso, qualidade e disponibilidade em termos de suficiência, continuidade e compatíveis com o poder aquisitivo. É na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, ocorrida em Olinda (PE), no ano de 2004, com a participação de mais 2000 participantes, dentre eles, organizações da sociedade civil organizada e poder público que se constrói um conceito contemplando as várias dimensões de desenvolvimento:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito a todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentável (CONSEA,2004,p.4).

Mesmo diante de todas essas conquistas, e envolvimento político- institucional nesta questão, o país convive até os dias atuais com enormes contradições e não consegue dar passos significativos e estruturantes rumo a um modelo sustentável, embora vale ressaltar que nos últimos anos alguns avanços em termos de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e ações



estratégicas como o Fome Zero, propiciou de fato um acesso da população mais pobre a uma alimentação básica, e avanços legais no controle social como a LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar, aprovada em 2003 por um decreto presidencial) e diversas Leis Estaduais de SAN, que no caso da Bahia, foi aprovada recentemente, outorgando poderes ao Conselho Estadual de SAN para elaborar o Plano e a Política Estadual de SAN. Por outro lado, a Política Macroeconômica e o modelo de desenvolvimento em curso ainda estão fortemente alicerçados no grande capital internacional e na privatização dos bens naturais. Segundo próprios dados do Relatório Especial sobre Direitos Humanos à Alimentação da ONU e a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação têm identificado obstáculos para a realização deste direito no Brasil, entre os quais se destacam:

- a) O modelo de desenvolvimento concentrador de terras, riqueza e renda;
- b) Prática extensiva da monocultura agrícola de exportação;
- c) Limitação dos recursos alocados à rede de proteção social;
- d) Lentidão da implementação da Reforma Agrária;
- e) Imensa desigualdade perpetuada há décadas;
- f) Desigualdade de acesso aos programas sociais;
- g) A prestação de serviços públicos em troca de votos;
- h) Forte cultura de discriminação e naturalização da miséria e da fome;
- i) Apropriação privada de recursos públicos.

Não obstante a todo esse processo histórico de luta, temos ainda no mundo, em pleno século XXI, cerca de 1/6 da população mundial despossuída de um trabalho capaz de satisfazer as necessidades básicas de sua alimentação, onde 36 milhões de pessoas morrem todo o ano em consequência da fome, deixando cada vez mais nítido que o modelo de desenvolvimento pregado pela elite conservadora do país em nada mudou de 100 anos para cá, mudando apenas as suas estratégias e roupagem, saindo das casas grandes para os extensos campos de soja e cana (ONU, 2002).

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), numa pesquisa realizada com 5 mil titulares do bolsa família, demonstra que 87% dos entrevistados(as) compram alimentos com os recursos do programa. A notícia

ruim é que mesmo com a injeção de recursos entre as famílias mais carentes, elas continuam ameaçadas pela insegurança alimentar. De acordo com os pesquisadores, 83% dos titulares revelaram se enquadrar num dos três níveis em que se classifica a insegurança: grave, moderada e leve. No primeiro, o cidadão passa fome; no segundo, tem de reduzir a quantidade de alimentos da família, para que não falte; e, no terceiro, ele tem medo de não conseguir nada para comer no futuro próximo. Aliado a toda essa conjuntura, a crise alimentar mundial atual e o aumento do valor monetário dos produtos, estas famílias são as primeiras a sentirem este impacto, consumindo produtos mais baratos, que conseqüentemente são alimentos de baixo valor calórico e protéico. O texto de conclusão da pesquisa diz: “Mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos a partir do Bolsa-Família, a situação de insegurança alimentar é alta. Do ponto de vista das políticas públicas, o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo.

Tal cenário era de se esperar (ou pelo menos demoramos a acreditar), tendo em vista a base do governo está totalmente dispersa e com diferentes concepções de desenvolvimento, no entanto, percebem-se dentro da estrutura de poder uma clara opção política de projetos de desenvolvimento, baseadas no agronegócio e no hidronegócio. Neste pensamento, me permito abordar através de dois exemplos atuais de projetos em andamento: a proposta dos agrocombustíveis e a Transposição do Rio São Francisco.

Sem sobra de dúvida, o planeta precisa urgentemente rever o seu modelo de consumo e de produção, pois a natureza já há muito tempo está derramando lágrimas e sofre os efeitos, como aqui no Brasil, no próprio Nordeste Brasileiro, e especificamente no Estado do Ceará, houve tremores de terras jamais vistos em nosso território. Todavia, todas estas catástrofes têm como causa principal, a forma como o próprio sistema capitalista, através do lucro acima de tudo e do enriquecimento ilícito, através da dizimação dos povos tradicionais, do desmatamento acelerado para monocultivos, e que em nome de um desenvolvimento que cada vez mais acumula riqueza do que distribui e convive com o ambiente é que temos um colapso geral dos recursos naturais, e

nesta dinâmica, é conferido aos países mais pobres a pagar este preço, onde é na energia a mola propulsora dessa questão. Vale a pena lembrar que o famoso Protocolo de Quioto, onde o Brasil e tantos outros países do mundo assinaram acordo de rever e pensar formas de projetos que minimizem ao longo do tempo tais depredações do meio. Somente os EUA, Japão e alguns países da Europa não assinaram tal acordo, ficando assim, aos demais países com a responsabilidade de regenerar o passivo ambiental que existem nessas regiões, que ao longo do tempo, as nações mais ricas usurparam e aniquilaram todas as formas de vida natural que existia e que era a sustentabilidade desses povos.

Na pauta do dia do governo brasileiro, a partir desta ordem internacional, transfere ao campesinato brasileiro a função de produzir biomassa para sustentar os veículos do mundo. Discutir formas alternativas de energia renovável, faz parte a muito tempo das pautas de movimentos ambientalistas, sociais e ong's, mas a partir de uma lógica de autonomia alimentar, energética, hídrica, enfim para o auto consumo prioritariamente. Em termos de políticas públicas de forma massiva isso se quer foi discutido e de uma hora para outra, a partir de uma agenda dos países ricos, o governo atual permite tal abertura, colocando em risco a soberania dos povos e cada vez mais a exaustão dos recursos naturais. Para se ter uma idéia, para cada litro de etanol produzido dentro da usina em circuito fechado, se consome cerca de 12 litros de água, sem falar no consumo da produção e na quantidade de vinhoto (resíduo proveniente do cultivo) jogada no ambiente, que de acordo com pesquisadores esta substância em excesso contamina rios e águas subterrâneas. E no caso do etanol, com base no milho, como faz os EUA, o consumo de água ainda é imoral, que para cada litro de etanol produzido a partir desta planta, se gasta de 500 a 1.500 litros de água. Nunca na história agrária do Brasil, o latifúndio se sentiu tão à vontade para agora tornar produtivo aquilo que era improdutivo. Onde era pastagem, agora são imensos monocultivos de cana, soja, e no caso do sertão baiano, temos as monoculturas de girassol e mamona, tornando assim uma nova era colonial no Brasil, a partir da apropriação dos bens naturais e da exploração do camponês, transformando-os em fornecedores de matéria-prima e o espaço agrário sendo visto mais uma vez como um espaço meramente econômico, para satisfazer o modelo de consumo imposto pela burguesia mundial (Rede Social,2008)

Se por um lado o capitalista percebe a terra como um meio de perpetuar e garantir sua riqueza, com a água não seria diferente. O Projeto de Transposição das águas do São Francisco responde muito bem a este propósito especulativo. O que está em jogo num projeto como este não é a técnica, mas a ética. No Semi-Árido Brasileiro chove anualmente cerca de 700 bilhões de m<sup>3</sup>, passam pelos rios temporários nordestinos cerca de 58 bilhões de m<sup>3</sup> e por final existe no subsolo deste vasto sertão cerca de 36 bilhões de m<sup>3</sup> acumulados de água (Rebouças et all, 2001). A extração de apenas 1/3 dessas reservas representaria potenciais suficientes para abastecer a população nordestina (estimada em cerca de 47 milhões de pessoas), com uma taxa de 200 litros/pessoas/dia e ainda irrigar 2 milhões de hectares com uma taxa de 7.000 m<sup>3</sup>/há/ano. Por isso que se fala que é acima de tudo uma questão ética, antes de ser técnica. Por que tanto investimento se nossas condições naturais permitem soluções mais baratas e de real convivência no bioma caatinga? como é o exemplo das cisternas de placas e tantas outras inumeráveis tecnologias, que no caso do Semi-Árido Brasileiro, somam-se 140 alternativas de convivência com o Semi-Árido, como confirma a Agência Nacional das Águas (Órgão do Governo Federal) ratificadas pela ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro). Outro mito que precisa ser desmistificado, é o da irrigação, argumento este, utilizado pelos defensores do projeto como uma grande possibilidade para a solução do sertão. Nos últimos 40 anos a União investiu mais de R\$ 3 bilhões para implantar no nordeste uma série de projetos de irrigação, e mais uma vez para satisfazer projetos do agronegócio. Dos 250 mil hectares financiados com o dinheiro público, apenas 100 mil hectares produzem, mesmo assim numa lógica convencional de produção com o uso de agroquímicos e fertilizantes. Outra principal mentira propagada pelo governo é que as águas transpostas seriam para abastecer o povo pobre, pois bem, eis os dados:

- a) 70% das águas iriam para a produção de frutas e criação de camarão para exportação;
- b) 26% seriam para o setor industrial e centros urbanos;
- c) apenas 4% das águas iriam para a população difusa.

Neste sentido podemos concluir que a soberania do povo nordestino encontra-se ameaçada, pois as grandes empresas e multinacionais serão as maiores beneficiadas, não existindo acesso da população mais pobre neste projeto.

Resumidamente, apresentaremos abaixo na tabela, uma comparação do que significa o Projeto de Transposição e a proposta da Agência Nacional das Águas.

Cenário/2010	Projeto de Transposição	Proposta da ANA (Agência Nacional das Águas) e ASA (Articulação do Semi-Árido)
Custo (em reais)	6,6 bilhões	3,3 bilhões
Número de estados atendidos	4 (PE, PB, RN e CE)	9 (BA, SE, PI, AL, PE, RN, PB, CE e Norte de
Número de municípios atendidos	391	1.356
Número de pessoas beneficiadas	12 milhões	34 milhões

Fórum Permanente de Revitalização do Rio São Francisco, 2005

Diante destes dois exemplos de ação indiscriminada da elite conservadora mundial e brasileira, a mesma aos poucos utiliza do seu poder econômico e acima de tudo de um Estado que subsidia com várias benesses tributárias tais investimentos. Nestes exemplos sequer citamos a biopirataria das sementes, onde a transgenia é o marco do grande capital agrário para dominar todo o setor de produção e conseqüentemente da alimentação da população, colocando em cheque a soberania alimentar.

Neste cenário de perspectivas nada animadoras, o movimento camponês juntamente com o movimento urbano precisa cada vez mais denunciar e afirmar o projeto político que historicamente foi construído. Mais do que o alimento material, importante direito a ser constantemente perseguido, precisamos nos alimentar cotidianamente do sentimento de justiça, justiça essa da classe operária

e camponesa, baseada numa sociedade onde se produz ecologicamente correto, através de nossas sementes crioulas, por uma economia solidária, onde não exista patrão nem empregado e socialmente justa, possibilitando que os milhares de proletariados espalhados no mundo possam ter acesso ao trabalho digno e uma alimentação saudável.

*“Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”  
Josué de Castro.*

## REFERÊNCIAS

BELO, Myriam Terezinha Silva. O Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para acampados e assentados no Estado da Bahia e Sergipe: um estudo de caso. Monografia. Universidade de Brasília. 2006. 14,17,23,24 pg.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NE3. Debulhando. 2005, 05 p.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Círculo do Livro, 1980, Edição Especial.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. 2004, 04 p.

[Http://saofranciscovivo.blogspot.com/](http://saofranciscovivo.blogspot.com/)

[Http://forumsaofrancisco.blogs.sapo.pt/](http://forumsaofrancisco.blogs.sapo.pt/)

[Http://www.oitbrasil.org.br/info/publ.php](http://www.oitbrasil.org.br/info/publ.php)

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Águas Doces no Brasil. Escrituras, 2006, 3.ed. 550 p.

RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Maxprint, 2008. 220-221 p.

Seminário de Formação para a luta contra a Transposição do Rio São Francisco.  
Documento de Apresentação do Fórum Permanente de luta contra a Transposição  
do Rio São Francisco. Agosto/2006

SILVA, Luís Cláudio Lopes da. Soberania Alimentar: Realidade ou Utopia?.  
Artigo, 2003.